

**GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E CICLOS ELEITORAIS NOS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ****Juliano Francisco Baldissera***Universidade Estadual de Maringá***Clovis Fiirst***Universidade Regional de Blumenau***Ivan Rafael Defaveri***Universidade Estadual de Maringá***RESUMO**

O estudo objetiva verificar qual o comportamento do gerenciamento de resultados dos municípios paranaenses no ciclo eleitoral. Para tanto, a partir de uma amostra de 376 municípios paranaenses de um total de 399, abrangendo o período de 2013 a 2016, utilizou-se de uma abordagem quantitativa por meio de testes de regressão a partir de um modelo adaptado de Santos, Machado, and Scarpin (2013), além dos testes da estatística descritiva e teste de correlação para chegar aos resultados da pesquisa. Esses resultados mostraram que há uma influência positiva da variação do resultado orçamentário nas outras receitas correntes e outras despesas correntes, o que sugere que os municípios paranaenses se utilizam dessas contas para gerenciarem seus resultados com o objetivo de aumentá-las e assim manter o equilíbrio de suas contas, entretanto, isso ocorre em períodos não eleitorais, o que sugere que os gestores buscam sinalizar aos seus eleitores durante todo esse período, enquanto que no ano eleitoral o gestor realiza um desequilíbrio de suas contas pois busca maximizar a sua utilidade de outras formas.

Palavras-Chave: Gerenciamento de Resultados; Ciclos Eleitorais; Setor Público; Municípios.

1 INTRODUÇÃO

O estudo do gerenciamento de resultados pode contribuir para identificar os padrões comportamentais dos gestores e as políticas contábeis que eles usam em situações eleitorais oportunistas Ferreira, Carvalho, and Pinho (2013). No setor privado, este tema é amplamente debatido e entende-se que gerenciamento de resultados trata-se de alterar relatórios financeiros para enganar algumas partes interessadas sobre o desempenho econômico subjacente da empresa ou para influenciar resultados contratuais que dependem em números contábeis reportados (Healy & Wahlen, 1999).

No setor privado muitos estudos foram feitos sob a ótica da Teoria da Agência, mas no contexto público poucas pesquisas abordaram esse tema, o que merece maior aprofundamento e discussão (Ferreira et al., 2013). A partir dos resultados dessas pesquisas, poderia supor-se que os gestores públicos seriam motivados por um desejo de registrar renda líquida estável, de modo que a evitar déficits que possam lançar dúvidas sobre a sustentabilidade financeira da entidade, ou para evitar alegações de tributação excessiva ou para solicitar financiamentos de serviços discricionários (Drew, 2018; Stalebrink, 2007).

O desejo de gerenciar resultados no setor público também está ligado a três razões: 1) Para sinalizar que estão atingindo seus objetivos e prestando serviços a um custo razoável; 2) Justificar o financiamento do parlamento; 3) Para atender às metas do governo (Pina, Arcas, & Marti, 2012). Portanto, é de se esperar que em contextos locais, ligados a gestores municipais, os agentes tenham, também, motivações egoístas que os motivariam a tomar certas decisões para maximizar os votos da reeleição (Buchanan & Tullock, 1962), o que justificaria a existência do gerenciamento de resultados nesse contexto.

No contexto brasileiro, alguns aspectos legais regem o comportamento dos gestores públicos. A Lei nº 4.320/64 estabelece que a entidade deve buscar o equilíbrio da receita arrecada e da despesa realizada. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) esclarece que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios que afetariam o equilíbrio orçamentário. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabelecida no anterior para o ano seguinte, também ressalta o objetivo do equilíbrio entre receitas e despesas. Desse modo, a partir desses reforços legais (Santos et al., 2013) e também do comportamento oportunista dos gestores (Buchanan & Tullock, 1962) os gestores estabeleceriam a contabilidade criativa na sua gestão.

Diante do exposto, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual o comportamento do gerenciamento de resultados dos municípios paranaenses no ciclo eleitoral? Para responder a essa questão de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo verificar qual o comportamento do gerenciamento de resultados dos municípios paranaenses no ciclo eleitoral.

Dessa forma, tendo em vista a necessidade de explorar mais o assunto, de ter encontrado poucas pesquisas nacionais (Santos et al., 2013) e internacionais (Drew, 2018; Ferreira et al., 2013; Pina et al., 2012; Stalebrink, 2007) e de avançar nesse estudo ao acrescentar a discussão das características políticas e eleitorais, essa pesquisa tem-se como importante para o momento atual.

Além dessa introdução, nas próximas seções o estudo abordará os principais argumentos teóricos e empíricos de modo a construir as hipóteses de pesquisa. Também esclarecerá os procedimentos metodológicos utilizados para coletar, testar e analisar os dados. Na seção de resultados, expõe-se uma descrição e discussão dos principais resultados obtidos. Por fim, na seção de conclusão estabelece-se as considerações finais, limitações da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos Teóricos

A contabilidade sempre esteve associada a problemas de agência, muito observada no setor privado, mas ainda mais complexo no setor público (Pellicer, Hodges, & Martí, 2013). De acordo com a teoria da agência, os agentes encontrariam incentivos para o gerenciamento de resultados para dar a melhor visão de seu desempenho por razões de prestígio profissional, manutenção de seus empregos, atingindo metas acordadas com entidades controladoras (Watts & Zimmerman, 1986), ou porque os contratos são baseados na obtenção de números contábeis específicos (Beattie, 2002).

Entretanto, os lucros não é o objetivo primário dos governos, eles procuram fornecer serviços aos cidadãos, mantendo um equilíbrio razoável entre gastos e renda (Pellicer et al., 2013).

Na perspectiva da Teoria da Agência, tem-se o governo central (o principal) e as autoridades locais (o agente), ambos considerados como agente de interesse e maximização, e ambos suportam e compartilham os custos (Pellicer et al., 2013). Na perspectiva da Teoria da Escolha Pública, assume que os políticos e os burocratas do governo perseguem seus próprios objetivos e agem de acordo com suas preferências, isto é, mantendo um comportamento racional (Meade, 1972; Mueller, 1976). Dessa forma, o gerenciamento estaria relacionado a custos contratuais e políticos (Watts & Zimmerman, 1986).

Como em outras entidades do setor público, os gestores locais podem encontrar incentivos para usar a escolha contábil para disfarçar o desempenho financeiro deficiente, deficiências de gestão ou insuficiências de financiamento na prestação de serviços públicos, assim como evitar aumentos nos custos de serviços ou em déficits, e atingir metas de desempenho previstas financeiras (Pellicer et al., 2013).

Uma consequência da abordagem positiva adotada pela teoria da escolha pública é que, para maximizar os votos, um político é motivado a manipular políticas econômicas em benefício próprio. Através do aumento dos gastos públicos, os políticos podem ganhar votos, enquanto aumentos na tributação tendem a ocorrer ao custo de tais votos. Assim, existe uma tendência, nos regimes democráticos, de produzir orçamentos com déficits e de políticos se engajarem em ciclos econômicos políticos, caracterizados pelo aumento do gasto público no período pré-eleitoral seguido de pressões inflacionárias e políticas restritivas no período pós-eleitoral (Ferreira et al., 2013).

Em termos de teoria de agência, Stalebrink (2002) realizou um estudo sobre gerenciamento de resultados que examinou informações financeiras preparadas em regime de competência para autoridades locais na Suécia, na premissa de que o objetivo principal do político é a reeleição. Este estudo permitiu-lhe concluir que a gestão de resultados orientada para a reeleição ocorre. Entre vários aspectos estudados, e considerando o nível de capacidade da entidade de equilibrar custos com receita, Stalebrink (2002) acredita que os políticos têm um incentivo para reportar lucros próximos de zero. Desta forma, eles sublinham sua capacidade de harmonizar o nível de custos com a renda (sustentabilidade) e os ganhos facilitam a avaliação do desempenho político em relação à sustentabilidade e ao uso de recursos. Os resultados da análise, baseados principalmente em modelos de regressão com dados em painel, permitiram-lhe concluir que os políticos empregam várias práticas contábeis para alcançar um nível de ganhos próximo de zero (Stalebrink, 2002).

Outros estudos com organizações sem fins lucrativos (hospitais) também já buscaram verificar o efeito de ganhos positivos, mas próximos de zero (Ballantine, Forker, & Greenwood, 2007; Leone & Van Horn, 2005). Tais estudos analisaram a distribuição de frequência dos ganhos transversais, isto é, a variação de lucros para identificar o gerenciamento de resultados.

2.2 Estudos Anteriores e Hipóteses de Pesquisa

Pesquisas anteriores investigaram possíveis fatores associados ao gerenciamento de resultados no setor público, tais como honorários de auditoria e os tipos de auditor (Ballantine, Forker, & Greenwood, 2008), sustentabilidade financeira (Ballantine et al., 2007; Leone & Van Horn, 2005) aquisição de maiores contribuições de capital de altas autoridades governamentais (Pilcher & Van Der Zahn, 2010), financiamento governamental (Verbruggen & Christiaens, 2012), competição política (Ferreira et al., 2013; Pellicer et al., 2013), reportar resultados mais favoráveis em períodos contábeis futuros (Pilcher & Van Der Zahn, 2010; Stalebrink, 2002), influenciar a opinião pública e obter benefícios políticos após as eleições (Guarini, 2016)

Ballantine et al. (2008) analisaram os incentivos de relatórios financeiros associados ao requisito de equilíbrio para a confiança de hospitais ingleses, além de investigar a distribuição do lucro declarado e estimar as provisões discricionárias nesses casos. Os resultados indicam que uma meta de equilíbrio financeiro precisa e desafiadora, baseada na receita residual de custo corrente, está associada ao uso disseminado de provisões discricionárias, a ponto de enfraquecer a prestação de contas desses hospitais.

Ballantine et al. (2007) e Leone and Van Horn (2005) pesquisaram hospitais sem fins lucrativos. A análise, em ambos os estudos, levou à conclusão de que, para evitar custos relacionados ao relato de ganhos negativos, ou ganhos positivos excessivos, os gestores do hospital gerenciam os ganhos de forma a alcançar ganhos positivos próximos a zero. Esses estudos também concluíram que o gerenciamento de resultados é obtido com acréscimos discricionários.

Pilcher and Van Der Zahn (2010) examinaram empiricamente o uso de um acréscimo discricionário específico (depreciação) para ajustar o desempenho financeiro dos governos locais de New South Wales (Austrália). Os resultados indicam uma associação positiva significativa entre a depreciação absoluta inesperada e a receita absoluta do governo local antes

das contribuições de capital, e uma associação positiva significativa entre a depreciação absoluta inesperada e as contribuições de capital.

Verbruggen and Christiaens (2012) concentraram-se na manipulação de despesas para melhorar os rácios de eficiência ou o rendimento tributável, não os ganhos reportados em si. Os resultados sugerem que as organizações direcionam seus resultados para o lucro zero, o que é intensificado pelo aumento do financiamento governamental quando os resultados não gerenciados são positivos.

Ferreira et al. (2013) avaliaram se os políticos locais nos municípios portugueses, com o objetivo de demonstrar seu alto nível de competência e habilidades, se engajam no gerenciamento de resultados de forma a garantir resultados positivos, mas próximos de zero. Examinaram, também, se a competição política é um fator determinante do gerenciamento de resultados próximo de zero e se os gerentes usam acréscimos discricionários para fazer isso. Os resultados indicam que, para reportar lucros líquidos positivos próximos de zero, são utilizados *accruals* discricionários. Este estudo identificou a tendência primordial para evitar o relato de perdas nos municípios onde a competição política é maior.

Pellicer et al. (2013) investigaram o gerenciamento de resultados em governos locais ingleses, incluindo as motivações para seu uso e os instrumentos usados para alcançá-lo. Os resultados indicam evidências de gerenciamento de números contábeis nas autoridades locais. Não há uma tendência clara entre aumento e diminuição da renda. Os governos locais usam práticas contábeis para alcançar um “(superávit) / déficit para o ano” próximo de zero. Os governos locais com menor alavancagem têm mais atividade de gerenciamento de resultados que aumenta ou diminui a renda. Verifica-se que o gerenciamento de resultados é alcançado principalmente pela depreciação anormal e pelo *impairment* de ativos fixos

Stalebrink (2007) e Pilcher e Van Der Zahn (2010) estudam os *accruals* específicos, como a depreciação, que são usados para o gerenciamento de resultados. No caso dos municípios suecos, os acréscimos discricionários foram aumentados com o propósito de produzir pequenos superávits em todos os períodos contábeis, e também quando grandes déficits são relatados mostrando um comportamento de “*big-bath*”¹ (Stalebrink, 2007). Nos governos locais australianos, Pilcher e Van Der Zahn (2010) constataram que a depreciação inesperada foi usada para ajustar o desempenho financeiro, para possivelmente receber maiores contribuições de capital de autoridades governamentais superiores.

Por fim, Guarini (2016) mostra que os políticos do governo local italiano também usam informações contábeis para influenciar a opinião pública e obter benefícios políticos após as eleições, quando houve uma mudança no partido no poder.

Dado todo esse contexto, espera-se que no caso dos municípios paranaenses, os mesmos busquem atingir um equilíbrio orçamentário a partir de uma combinação de diferentes coeficientes, assim como foi estudado já no caso brasileiro em um estudo semelhante (Santos et al., 2013). Uma vez a necessidade de identificar por meio de quais *accruals* os municípios paranaenses realizam o gerenciamento de resultados, tem-se a primeira hipótese desse estudo.

H₁ Os municípios paranaenses gerenciam seus resultados por meio da conta outras receitas correntes e outras despesas correntes

Não se restringindo a ideia de verificar por meio de quais contas contábeis e/ou orçamentárias os municípios paranaenses realizam o gerenciamento de resultados, buscou-se também analisar por meio de qual incentivo esses municípios realizam tal prática.

¹ O comportamento do *big-bath* refere-se ao aumento de despesas ao reportar grandes déficits para poder reportar resultados mais favoráveis em períodos contábeis futuros

Considerando que os gestores tomam decisões baseados em motivações egoístas que os motivariam a tomar certas decisões para maximizar os votos da reeleição (Buchanan & Tullock, 1962) e também por buscarem sinalizar que estão atingindo seus objetivos e prestando serviços a um custo razoável, além de justificar o financiamento de suas atividades e da necessidade de atender às metas do governo (Pina et al., 2012), espera-se que o comportamento desses gestores no que se refere ao gerenciamento de resultados estaria associado a períodos eleitorais, por isso tem-se a segunda hipótese dessa pesquisa.

H₂ O Nível de gerenciamento de resultado dos municípios paranaenses é maior nos períodos eleitorais

Estabelecido a base teórica e as hipóteses dessa pesquisa, na próxima seção irá apresentar os procedimentos metodológicos escolhidos para desenvolver esse estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objeto deste estudo consiste nos municípios paranaenses, devido as condições de acessibilidade de dados contábeis, orçamentários e eleitorais. A população de pesquisa representa os 399 municípios paranaenses nos anos de 2013 a 2016. Ao final, devido a alguns dados faltantes e errôneos, restaram-se 376 municípios, o que significa 1.504 observações durante todo o período, 1.128 observações de período não eleitoral e 376 observações de período eleitoral.

O processo de coleta de dados ocorreu exclusivamente pela internet em 2017 e 2018. Os dados referentes à abertura de créditos adicionais foram coletados do site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). As informações eleitorais foram obtidas do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por fim, a população dos municípios foi coletada do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As variáveis dependentes e explicativas estão evidenciadas Na Tabela 1, a qual identifica a classificação, variável, código e descrição.

Tabela 1

Descrição das variáveis da pesquisa

	Variável	Código	Descrição
VARIÁVEL DEPENDENTE	Outras Receitas Correntes	OTREC	Constituem-se pelas receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita corrente, tais como indenizações, restituições, ressarcimentos, multas administrativas, contratuais e judiciais, previstas em legislações específicas, entre outras.
	Outras Despesas Correntes	OTDEC	Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	Variação do Resultado Orçamentário	VAREO	Variação previstas e realizadas das disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição.
	Passivo	PASRE	Representa a soma do passivo financeiro e do passivo permanente. O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária. O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
	Imobilizado	IMOB	É o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período
	Densidade populacional	DENPO	Representa o número de habitantes do município.

A partir dessas variáveis será possível testar o modelo proposto por Santos et al. (2013) para investigar os indícios de gerenciamento de resultados nos municípios locais paranaenses e assim testar as hipóteses dessa pesquisa, utilizou-se a técnica de regressão linear múltipla com dados em painel, já que mescla os dados *cross-section* e de série temporal. Assim, tem-se a Equação 1 e 2, que apresenta os modelos utilizados nessa pesquisa.

Equação 1:

$$OTREC_{it} = \beta_i + \beta_1 VAREO_{it} + \beta_2 PASRE_{IT} + \beta_3 IMOB_{it} + \beta_4 DENPO_{it} + e_{it...}$$

Equação 2:

$$OTREC_{it} = \beta_i + \beta_1 VAREO_{it} + \beta_2 PASRE_{IT} + \beta_3 IMOB_{it} + \beta_4 DENPO_{it} + e_{it...}$$

O gerenciamento de resultados das contas contábeis por meio da variação do resultado orçamentário tem o objetivo de atingir o equilíbrio (Santos et al., 2013), por isso são esperadas as combinações dos coeficientes apresentadas na Tabela 2 após a aplicação das Equações 1 e 2.

Tabela 2

Resultados esperados na Hipótese 1

Combinações	Sinais	Variáveis	Resultado Final		
1	+	VAREO	Diminui	OTREC	Equilíbrio
	+	VAREO	Aumenta	OTDEC	
2	-	VAREO	Aumenta	OTREC	Equilíbrio
	-	VAREO	Diminui	OTDEC	

Fonte: adaptado de Santos et al. (2013)

Dessa forma, para aceitar a Hipótese 1, corroborando com os pressupostos teóricos e empíricos de que haja indícios de gerenciamento de resultados nas contas contábeis dos municípios paranaenses no intuito de que elas se mantenham equilibradas, espera-se que ocorra a combinação de coeficientes da Tabela 2, isto é, uma variação positiva no resultado orçamentário contribui para aumentar as outras receitas e despesas correntes. Ao contrário, uma variação negativa no mesmo contribui para diminuir tanto as outras receitas correntes quanto as outras despesas correntes (Santos et al., 2013). Para testar a Hipótese 2 realizou-se os mesmos testes separando as observações que se referiam ao período não eleitoral (2013 a 2015) e aquelas relacionadas ao período eleitoral (2016).

Para realizar a tabulação e organização dos dados da pesquisa, utilizou-se o *Office Excel®*, já para realizar a estatística descritiva, teste de correlação e regressão, utilizou-se o *software* estatístico *Stata®*.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Descrição dos Resultados

No intuito de investigar a existência de gerenciamento de resultados orçamentários nos municípios paranaenses observa-se, inicialmente, na Tabela 3 a estatística descritiva, separando em três painéis (observações de todos os períodos = 1.504; somente observações de período não eleitoral = 1.128; somente observações de período eleitoral = 376), abrangendo a quantidade de observações (N), a média, desvio padrão (DP), valores mínimo e máximo para cada variável.

Tabela 3

Estatística Descritiva

Painel A - Todos os períodos					
Variáveis	N	Média	DP	Mínimo	Máximo
OTREC	1.504,00	2.555.731,00	17.800.000,00	0,00	391.000.000,00
OTDEC	1.504,00	25.500.000,00	142.000.000,00	2.538.179,00	2.730.000.000,00
VAREO	1.504,00	1.770.344,00	37.600.000,00	-146.000.000,00	956.000.000,00
PASRE	1.504,00	17.700.000,00	92.000.000,00	0,00	1.980.000.000,00
IMOB	1.504,00	87.700.000,00	399.000.000,00	1.056.512,00	6.380.000.000,00
DENPO	1.504,00	25.073,65	99.617,21	1.409,00	1.751.907,00
Painel B - Períodos Não Eleitorais (2013 - 2015)					
Variáveis	N	Média	DP	Mínimo	Máximo
OTREC	1.128,00	2.433.600,00	16.300.000,00	1.271,32	324.000.000,00
OTDEC	1.128,00	24.400.000,00	142.000.000,00	2.538.179,00	2.730.000.000,00
VAREO	1.128,00	1.957.715,00	39.700.000,00	-78.900.000,00	956.000.000,00
PASRE	1.128,00	16.800.000,00	83.900.000,00	0,00	1.510.000.000,00
IMOB	1.128,00	82.900.000,00	390.000.000,00	1.056.512,00	6.370.000.000,00
DENPO	1.128,00	25.073,65	99.628,26	1.409,00	1.751.907,00
Painel C - Período Eleitoral (2016)					
Variáveis	N	Média	DP	Mínimo	Máximo
OTREC	376,00	2.922.127,00	21.600.000,00	0,00	391.000.000,00
OTDEC	376,00	28.700.000,00	145.000.000,00	4.154.206,00	2.700.000.000,00
VAREO	376,00	1.208.231,00	30.600.000,00	-146.000.000,00	489.000.000,00
PASRE	376,00	20.300.000,00	113.000.000,00	0,00	1.980.000.000,00
IMOB	376,00	102.000.000,00	424.000.000,00	1.106.225,00	6.380.000.000,00
DENPO	376,00	25.073,65	99.716,78	1.409,00	1.751.907,00

Considerando todos os períodos observados, a variação do resultado orçamentário média é de R\$ 1.770.344,00, já quando comparado esses valores entre os períodos eleitorais, esse valor é maior para períodos não eleitorais. O valor mínimo encontrado da variação do resultado orçamentário, em todos os períodos, foi negativo e representou 146 milhões de reais, o que significa que nesse município as receitas orçamentárias realizadas foram maiores que as previstas. Já o valor máximo foi de 956 milhões de reais.

As outras receitas correntes representam cerca de 2.5 milhões de reais, em média, em todos os períodos para os municípios paranaenses, já as outras despesas correntes representam cerca de 25.5 milhões de reais, isto é, as outras despesas são significativamente maiores que as outras receitas. Nessa última análise, também se observa que tanto as outras receitas como as outras despesas são maiores em período eleitoral.

As obrigações financeiras e permanentes representaram cerca de 17.7 milhões de reais, em média, em todos os períodos, sendo esse valor maior para períodos eleitorais (R\$ 20.300.000,00) quando comparado com períodos não eleitorais (R\$ 16.800.000,00), o que significa que em anos eleitorais os municípios paranaenses tendem a assumir mais dívida. O município com maior quantidade de dívida teve cerca de 1.9 bilhão de reais.

Os valores que representam os ativos imobilizados representam cerca de 87.7 milhões de reais, em média, considerando todos os períodos, sendo, também, maior para períodos eleitorais. A amostra abrangeu municípios com uma densidade populacional média de cerca de 25 mil habitantes, sendo o maior com mais de 1.7 milhões e menor com 1.409 habitantes, o que caracteriza uma amostra bem heterogênea, uma vez que o desvio padrão foi de 99 mil.

Em uma segunda análise, realizou-se os testes de correlação de *Pearson* das variáveis da pesquisa, os quais também foram separados em três painéis para representar os períodos eleitorais, os resultados estão evidenciados na Tabela 4.

Tabela 4

Matriz de Correlação de Pearson

Painel A - Todos os períodos						
	OTREC	OTDEC	VAREO	PASRE	IMOB	DENPO
OTREC	1					
OTDEC	0.9751***	1				
VAREO	0.8299***	0.8556***	1			
PASRE	0.9076***	0.8785***	0.744***	1		
IMOB	0.4223***	0.3759***	0.2846***	0.4201***	1	
DENPO	0.9757***	0.9774***	0.8303***	0.9106***	0.4168***	1
Painel B - Períodos Não Eleitorais (2013 - 2015)						
	OTREC	OTDEC	VAREO	PASRE	IMOB	DENPO
OTREC	1					
OTDEC	0.9767***	1				
VAREO	0.8377***	0.8562***	1			
PASRE	0.8626***	0.8432***	0.7237***	1		
IMOB	0.4109***	0.3603***	0.2589***	0.4096***	1	
DENPO	0.9837***	0.9749***	0.8241***	0.8903***	0.4038***	1
Painel C - Período Eleitoral (2016)						
	OTREC	OTDEC	VAREO	PASRE	IMOB	DENPO
OTREC	1					
OTDEC	0.9932***	1				
VAREO	0.9000***	0.8825***	1			
PASRE	0.9834***	0.9774***	0.8909***	1		
IMOB	0.4515***	0.4179***	0.3913***	0.4478***	1	
DENPO	0.9844***	0.9851***	0.8769***	0.9840***	0.4539***	1

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10

As correlações entre a variação do resultado orçamentário e as outras receitas e despesas correntes é positiva forte, indica que ambas as variáveis têm uma correlação direta. Ao visualizar a relação entre as outras receitas e despesas correntes, percebe-se que as mesmas possuem quase uma correlação positiva forte, isto é, correlacionando-se de modo direto. Esse resultado pode sugerir que nos modelos econométricos de regressão linear, elas podem estar sendo explicadas da mesma forma pela variação do resultado orçamentário. Todos os resultados do teste de correlação foram positivos. Além disso, não observou-se diferenças significativa nesse teste entre os diferentes grupos.

A Tabela 5 é apresentado os resultados dos testes de regressão considerando as Equações 1 e 2. Os testes foram divididos em três painéis para separados as observações em grupos considerando o período eleitoral.

Tabela 5
Teste de Regressão

Variáveis Independentes	Painel A Todos os períodos		Painel B Períodos Não Eleitorais		Painel C Período Eleitoral	
	Coeffic. (sig. var)	Coeffic. (sig. var)	Coeffic. (sig. var)	Coeffic. (sig. var)	Coeffic. (sig. var)	Coeffic. (sig. var)
	Efeitos Fixos	Efeitos Fixos	Efeitos Fixos	Efeitos Fixos	Cross-section	Cross-section
	Variáveis Dependentes		Variáveis Dependentes		Variáveis Dependentes	
	OTREC (Equação 1)	OTDEC (Equação 2)	OTREC (Equação 1)	OTDEC (Equação 2)	OTREC (Equação 1)	OTDEC (Equação 2)
VAREO	0,03 (0,32)	0,51 (0,02**)	0,04 (0,08*)	0,56 (0,07*)	0,08 (0,02**)	0,26 (0,36)
PASRE	0,02 (0,41)	-0,08 (0,48)	-0,01 (0,28)	-0,18 (0,00***)	0,07 (0,06*)	0,27 (0,40)
IMOB	0,00 (0,33)	-0,01 (0,14)	0,00 (0,21)	-0,01 (0,32)	0,00 (0,73)	-0,01 (0,30)
DENPO	143,54 (0,00***)	1.319,51 (0,00***)	156,67 (0,00***)	1.348,53 (0,00***)	113,40 (0,00***)	1.093,88 (0,00***)
C	-1.562.280,00 (0,00***)	-6.332.209,00 (0,00***)	-1.447.651,00 (0,00***)	-6.906.628,00 (0,02**)	-1457534,00 (0,00***)	-3.140.471,00 (0,05)
R ²	0,956	0,963	0,971	0,962	0,974	0,974
F sig.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Durbin-Watson	1,921	1,927	1,876	1,930	1,978	1,978
Mean VIF	4,760	4,760	4,170	4,170	18,280	18,280
Teste BP/CW	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Teste White	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Teste Breusch-Pagan	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
F de Chow	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Teste Hausman	0,000	0,000	0,064	0,000	0,000	0,000
N	1.504	1.504	1.128	1.128	376	376

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10

Observa-se que o modelo desenvolvido nas Equações 1 e 2, composto de 1.504 observações (Painel A), 1.128 observações (Painel B) e 376 observações (Painel C), é consistente, uma vez que demonstrou significância ao nível de 1% em todos os casos. O R² que representa o poder explicativo do modelo, isto é, a proporção de variação amostral da variável dependente explicada pelas variáveis independentes (Wooldridge, 2015), foi alto, o maior foi de 97,4%, no Painel C, com as duas variáveis dependentes, o menor foi de 95,6%, conforme o Painel A, na Equação 1.

O modelo não apresenta problemas de autocorrelação, já que o Durbin-Watson foi próximo de 2 em todos os casos, dentro do limite de não-rejeição de H_0 , isto é, quando a variação das variáveis independentes não estão correlacionados com o resíduo do modelo (Hill, Judge, & Griffiths, 2010). Não identificou-se problemas de multicolinearidade, uma vez que o teste VIF está dentro do limite aceitável.

Os testes de heterocedasticidade (Breusch-Pagan/Cook-Weisberg e White) indicam ter problemas nos resíduos, o que pode ser justificado pelo número de variáveis e o uso de poucas variáveis, o que causa uma discrepância entre os dados (Gujarati, 2006). Entretanto, aplicou-se a correção robusta de White para confiabilidade e robustez.

4.2 Discussão dos Resultados

Ao contrário do que se esperava, quando observado todos os municípios não distinguindo os períodos em eleitorais ou não, não observou-se uma associação significativa da variação do resultado orçamentário com a variável outras receitas correntes, se mostrando significativa apenas quando comparado com a variável outras despesas correntes, o que

significa a variação do resultado orçamentário tem propensão a aumentar apenas as outras despesas correntes.

Desse modo, quando um determinado município em um determinado período qualquer aumenta/diminui as suas outras receitas correntes, ele não tende a aumentar/diminuir as suas outras despesas correntes para manter estável o equilíbrio de suas contas. Uma vez que não foi significativo essa primeira análise, não é possível aceitar a Hipótese 1.

Entretanto, ao observa-se esses mesmos resultados agrupando em períodos não eleitorais (Painel B) e períodos eleitorais (Painel C), há a constatação de que existiria o gerenciamento de resultados para buscar o equilíbrio das contas em períodos não eleitorais, não ocorrendo o mesmo para períodos eleitorais. Essa constatação também não permite aceitar a Hipótese 2, mas permite outra conclusão, uma vez que o equilíbrio das contas seria buscado não no ano de eleição, mas sim nos períodos anteriores. Dessa forma, aliado a ideia os gestores tomam decisões baseados em motivações egoístas cujo o objetivo é maximizar a sua possibilidade reeleição (Buchanan & Tullock, 1962) e também buscariam sinalizar que estão atingindo as metas de governo (Pina et al., 2012), eles o fazem em períodos não eleitorais, justamente para aproveitarem o ano eleição e ter um maior desequilíbrio de suas contas para angariar votos e maximizar a sua possibilidade de reeleição ou de seu partido.

Também não acontece o comportamento de *big-bath* (Stalebrink, 2007), que refere-se ao aumento de despesas ao reportar grandes déficits para poder reportar resultados mais favoráveis em períodos contábeis futuros. Assim, diferente desse último estudo em municípios suecos, o caso brasileiro busca sinalizar um equilíbrio de suas contas em todo o período não eleitoral e o desequilibra em anos não eleitorais justamente para efetuar gastos em áreas de interesse que podem maximizar sua possibilidade de reeleição.

As obrigações financeiras e permanentes dos municípios mostraram-se com associação significativa somente quando comparadas com as outras despesas correntes em períodos não eleitorais ou com as outras receitas correntes em períodos eleitorais, sendo essa associação negativa para o primeiro caso, e positiva no segundo. Esse resultado significa que em anos não eleitorais os municípios assumem mais dívida para poder diminuir isso em outras despesas correntes, enquanto que no ano eleitoral há uma maior dívida para poder aumentar as outras receitas correntes.

Quanto ao imobilizado, percebe-se que essa variável não se mostrou significativa quando comparada com nenhum dos casos. Esse resultado parece estar em linha com o que preceitua a Lei nº 4.320/64, uma vez que gastos e receitas relacionados ao imobilizado tenderiam a estar relacionados com rubricas de receitas ou despesas de capital. Portanto, não se utiliza as outras receitas ou despesas correntes tanto para financiar a manutenção do imobilizado ou para justificar ingressos de recursos.

A variável de controle densidade populacional exerce influência positiva e significativa nas outras receitas e despesas correntes. Esse resultado sinaliza que o tamanho medido pelo número de habitantes representa um fator institucional para aumentar a arrecadação do município por meio de multas e juros de mora dos tributos e também aumentar a conta contábil outras despesas correntes, principalmente pelo gastos com diárias civil e militar e compra de materiais de consumo (Santos et al., 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo de verificar qual o comportamento do gerenciamento de resultados dos municípios paranaenses no ciclo eleitoral, foi necessário desenvolver uma pesquisa utilizando-se de uma abordagem quantitativa, primeiro para inferir o gerenciamento de resultados, segundo para constatar ou não qual é o comportamento desse tipo de gerenciamento de resultados a partir das outras receitas e despesas correntes considerando o

ciclo eleitoral dos municípios paranaenses. Dessa forma, os resultados dessa pesquisa partiram de uma amostra de 376 municípios de um total de 399, coletando-se os dados de 2013 a 2016.

Dado os dois modelos apresentados na Equação 1 e 2, não foi possível aceitar as Hipóteses 1 e 2. Quanto a primeira hipótese, os resultados dessa pesquisa mostraram que os municípios paranaenses não gerenciam seus resultados por meio da conta outras receitas e outras despesas, salvo quando os mesmos estão em períodos não eleitorais. Já quanto à segunda hipótese, foi possível concluir que o nível de gerenciamento de resultado dos municípios paranaenses não é maior nos períodos eleitorais, e, sim, o contrário.

Observou-se que há uma influência positiva da variação do resultado orçamentário nas outras receitas correntes e outras despesas correntes, o que sugere que os municípios paranaenses se utilizam dessas contas para gerenciarem seus resultados com o objetivo de aumentá-las, ao contrário do estudo de Santos et al. (2013), sendo que isso justamente ocorre em períodos não eleitorais para que seja possível sinalizar aos seus eleitores, enquanto que no ano eleitoral o gestor realiza um desequilíbrio de suas contas pois busca maximizar a sua utilidade de outras formas.

Além disso, também se constatou que o passivo real exerce um impacto negativo nas outras despesas correntes em períodos não eleitorais e um impacto positivo nas outras receitas correntes em períodos eleitorais. Esse resultado reforça a constatação de um equilíbrio em anos não eleitorais para que seja possível desequilibrar em ano eleitoral. Já quanto ao ativo imobilizado, o mesmo não teve associação significativa com as outras receitas e despesas correntes. Por fim, a densidade populacional é intimamente relacionada com essas contas.

Entre as limitações dessa pesquisa, tem-se o fato de que o modelo foi adaptado do estudo de Santos et al. (2013) para calcular o gerenciamento de resultados, sendo que o mesmo não é facilmente medido para os governos municipais, diferente de pesquisas realizadas com empresas privadas. Outra limitação é que não foi possível coletar os dados mais recentes e os mais antigos, uma vez que os mesmos não estavam disponíveis, mas mesmo assim acredita-se que os mesmos sejam suficientes para atingir ao objetivo dessa pesquisa.

Outras pesquisas futuras merecem explorar melhor a avaliação do gerenciamento de resultados nesse contexto. Além disso, existem outras formas de gerenciamento de resultados que podem ser exploradas no contexto do setor público utilizando-se de outras rubricas contábeis, inclusive aquelas de caráter extraorçamentário. A realização de pesquisas com as unidades federativas também é interessante, uma vez que a realidade é bem diferente dos governos locais.

REFERÊNCIAS

- Ballantine, J., Forker, J., & Greenwood, M. (2007). Earnings management in English NHS hospital trusts. *Financial Accountability & Management*, 23(4), 421-440.
- Ballantine, J., Forker, J., & Greenwood, M. (2008). Public and private sector auditors and accruals quality in English NHS hospital Trusts. *The British Accounting Review*, 40(1), 28-47.
- Beattie, V. (2002). Traditions of research in financial accounting. In B. Ryan, R. W. Scapens, & M. Theobald (Eds.), *Research Methods and Methodology in Finance and Accounting*. London, UK: Thomson.
- Buchanan, J. M., & Tullock, G. (1962). *The calculus of consent: Logical foundations of constitutional democracy* (ann arbor paperbacks).

- Drew, J. (2018). Playing for keeps: local government distortion of depreciation accruals in response to high-stakes public policy-making. *Public Money & Management*, 38(1), 57-64.
- Ferreira, A., Carvalho, J., & Pinho, F. (2013). Earnings Management Around Zero: A motivation to local politician signalling competence. *Public Management Review*, 15(5), 657-686.
- Guarini, E. (2016). The day after: newly-elected politicians and the use of accounting information. *Public Money & Management*, 36(7), 499-506.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365-383.
- Leone, A. J., & Van Horn, R. L. (2005). How do nonprofit hospitals manage earnings? *Journal of Health Economics*, 24(4), 815-837.
- Meade, J. E. (1972). Buchanan (J. M.) and Tollison (R. D.), (Eds.). Theory of Public Choice: Political Applications of Economics. *The Economic Journal*, 82(328), 1423-1425. doi:10.2307/2231328
- Mueller, D. C. (1976). Public choice: A survey. *Journal of Economic Literature*, 14(2), 395-433.
- Pellicer, M. J. A., Hodges, R., & Martí, C. (2013). *Earnings Management in English Local Governments: determining factors and instruments* Paper presented at the XVII Congreso AECA, Pamplona.
- Pilcher, R., & Van Der Zahn, M. (2010). Local governments, unexpected depreciation and financial performance adjustment. *Financial Accountability & Management*, 26(3), 299-324.
- Pina, V., Arcas, M. J., & Marti, C. (2012). Accruals and 'accounting numbers management' in UK executive agencies. *Public Money & Management*, 32(4), 273-280.
- Santos, P. S. A., Machado, D. G., & Scarpin, J. E. (2013). Gerenciamento de resultados no setor público: análise por meio das contas orçamentárias outras receitas e despesas correntes dos municípios de Santa Catarina. *Contabilidade Vista & Revista*, 23(4).
- Stalebrink, O. J. (2002). *Governmental Accounting and Financial Reporting in Transition: A Study of "earnings Management" Under the Accrual and Consolidation Model*. George Mason University,
- Stalebrink, O. J. (2007). An Investigation of Discretionary Accruals and Surplus-Deficit Management: Evidence From Swedish Municipalities. *Financial Accountability & Management*, 23(4), 441-458.
- Verbruggen, S., & Christiaens, J. (2012). Do Non-profit Organizations Manage Earnings toward Zero Profit and Does Governmental Financing Play a Role? *Canadian Journal*

of Administrative Sciences/Revue Canadienne des Sciences de l'Administration, 29(3), 205-217.

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). Positive accounting theory.

Wooldridge, J. M. (2015). *Introductory econometrics: A modern approach*: Nelson Education.